



Capítulo 4

Desenvolvimento humano em África

Este capítulo analisa o desenvolvimento em África na ótica do desenvolvimento humano. É utilizada uma abordagem subregional para analisar os resultados no alargamento das escolhas das pessoas, no que respeita às oportunidades económicas, à saúde e à educação. Esta análise utiliza medidas de pobreza e privação que vão para além do rendimento e refletem as persistentes diferenças de desenvolvimento humano. O capítulo aborda igualmente a desigualdade e o seu impacto nas tendências de desenvolvimento humano atuais e futuras e apresenta recomendações para a definição de quadros de execução e monitorização para a Agenda 2063 de África e os objetivos globais pós-2015. A análise das disparidades de desenvolvimento humano dentro dos países demonstra o impacto que as desigualdades socioeconómicas e geográficas têm na progressão do desenvolvimento humano. Por último, os fatores económicos, sociais e de governação que motivam um desenvolvimento humano desequilibrado contribuem para a formulação de recomendações para a hierarquização das prioridades sobre a pobreza, a desigualdade e a sustentabilidade no âmbito das agendas de desenvolvimento nacionais, subregionais e continentais.



Resumo

Verificam-se melhorias no desenvolvimento humano, mas são necessários maiores esforços para sustentar e acelerar os ganhos de desenvolvimento. Apesar dos progressos, o nível de desenvolvimento humano em África continua baixo e os indicadores agregados de crescimento encobrem variações significativas, entre e dentro dos países, bem como fenómenos de pobreza e privação. Continuam a existir problemas relativos ao desenvolvimento humano baixo, à pobreza e à exclusão, tanto nos países menos desenvolvidos como nos de rendimento médio, os quais são também vulneráveis a riscos de saúde, ambientais e sociais. A exclusão e a desigualdade de género são uma evidência em muitos países, com altos níveis de discriminação no acesso a recursos e bens, bem como de violência contra as mulheres. A distribuição dos rendimentos e o consumo em África são largamente desequilibrados e as diferenças socioeconómicas e geográficas contribuem para um desenvolvimento humano desigual dentro dos países.

A agenda pós-2015 para um desenvolvimento humano sustentável para todos em África deve centrar-se na integração da equidade, da sustentabilidade e da redução das vulnerabilidades através do planeamento do desenvolvimento, da afetação de recursos e da implementação e da monitorização dos objetivos. Isto deve incluir melhores métodos de medição dos progressos, que tenham em consideração tanto a variação das condições iniciais, assim como os avanços no sentido de um financiamento sustentável e de longo prazo para o desenvolvimento humano e segurança social. O desmantelamento de estruturas económicas, sociais e de governação que criam e perpetuam as desigualdades extremas poderá ajudar a reduzir a pobreza extrema, melhorar o bem-estar social e acelerar os progressos relativamente a objetivos de desenvolvimento nacionais, regionais e globais.

O desenvolvimento humano melhora em África, mas de forma desigual

Esta secção aborda o aumento do desenvolvimento humano nos países africanos, salientando as variações regionais e as diferenças entre e dentro dos países. Analisa os desafios de desenvolvimento humano nos países de rendimento baixo e médio, bem como os desafios de desenvolvimento humano numa perspetiva de género.

A melhoria do desenvolvimento humano é desigual entre as regiões

Os países africanos realizaram avanços significativos em todas as dimensões do desenvolvimento humano, à semelhança de outras regiões do mundo. Em 2014, 17 dos 52 países africanos atingiram níveis médios ou elevados de desenvolvimento humano (tabela 4.1) e os restantes países registaram pontuações muito variáveis. O Níger registou a pontuação mais baixa, 0.34, enquanto o Quénia atingiu a pontuação mais alta, 0.54. Algumas regiões demonstraram progressos ao longo do tempo: os valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na África subsariana aumentaram 26% entre 1990 e 2013, tornando-a na terceira região com maior crescimento, depois da Ásia Oriental (36%) e da Ásia do Sul (34%). Em comparação, os níveis de desenvolvimento humano nos Estados Árabes e na América Latina foram, respetivamente, 19% e 18% mais altos no mesmo período. As melhorias no desenvolvimento humano podem ser atribuídas ao rápido crescimento económico, baseado no aumento dos fluxos provenientes da extração de recursos naturais, ao crescimento na agricultura e serviços, ao desenvolvimento de capital humano e às melhorias na governação.



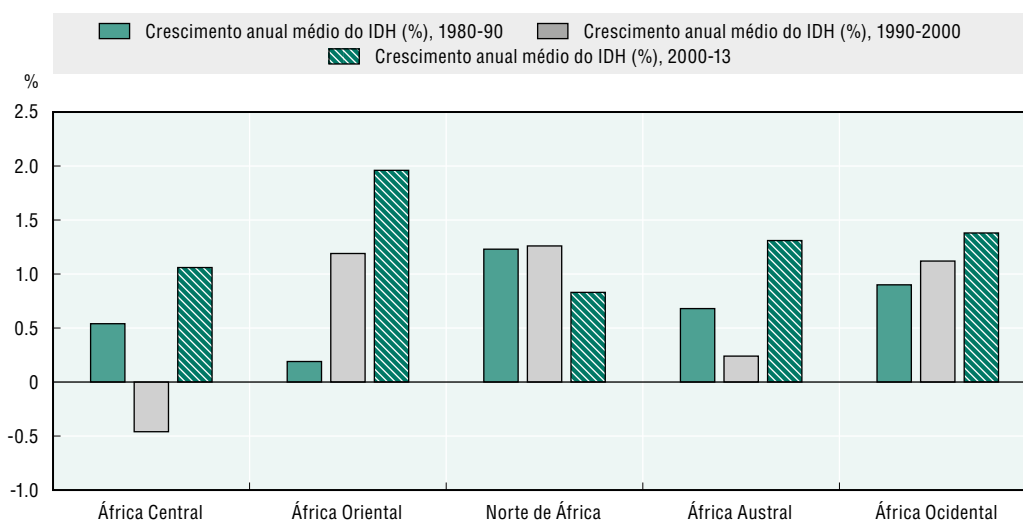
Tabela 4.1. Classificação dos países por nível de desenvolvimento humano (baixo, médio e elevado)

Desenvolvimento humano elevado (índice superior a 0.7)	Desenvolvimento humano médio (índice entre 0.55 e 0.7)	Desenvolvimento humano baixo (índice inferior a 0.55)		
Argélia Líbia Maurícias Seicheles Tunísia	África do Sul Botswana Cabo Verde Congo Egito Gabão Gana Guiné Equatorial Marrocos Namíbia São Tomé e Príncipe Zâmbia	Angola Benim Burkina Faso Burundi Camarões República Centro-Africana Chade Comores República Democrática do Congo Côte d'Ivoire Djibouti Eritreia	Etiópia Gâmbia Guiné Guiné-Bissau Quênia Lesoto Libéria Madagáscar Malawi Mali Mauritânia Moçambique	Níger Nigéria Ruanda Senegal Serra Leoa Sudão Suazilândia Tanzânia Togo Uganda Zimbábwe


Nota: Não estão disponíveis dados para a Somália e Sudão do Sul.
Fonte: PNUD (2014).

África apresenta variações regionais significativas em termos de desenvolvimento humano. Os países da África Oriental e Ocidental registaram um crescimento mais rápido nos indicadores de desenvolvimento humano ligados à educação, saúde e rendimento, do que a África Central, Austral e Norte de África. Os últimos 15 anos caracterizaram-se por uma forte recuperação em relação à “década perdida” entre 1990 e 2000 – um período com melhorias mais ténues no desenvolvimento humano e até retrocessos em alguns países. Desde 2000, a taxa de crescimento nos indicadores de desenvolvimento humano recuperou na África Central e Austral e acelerou na África Oriental. Na África Central, o Chade e a República do Congo (Congo) apresentam as maiores melhorias nos indicadores de desenvolvimento humano, enquanto na África Austral os maiores avanços registam-se em Angola, no Botswana, Malawi, Moçambique e Zâmbia. Na África Oriental, a liderança pertence ao Burundi, Etiópia, Ruanda e a República Unida da Tanzânia. A África Ocidental manteve, de forma consistente, uma elevada taxa de crescimento nestes indicadores, tendo os maiores progressos sido registados no Benim, Libéria, Mali, Níger e Serra Leoa. Os grandes avanços verificados no Norte de África abrandaram entre 2000 e 2013 (Figura 4.1).

Figura 4.1. Evolução do nível de desenvolvimento humano em África, por região, 1980-2013
(Índice de desenvolvimento humano)



Fonte: PNUD.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933228308>



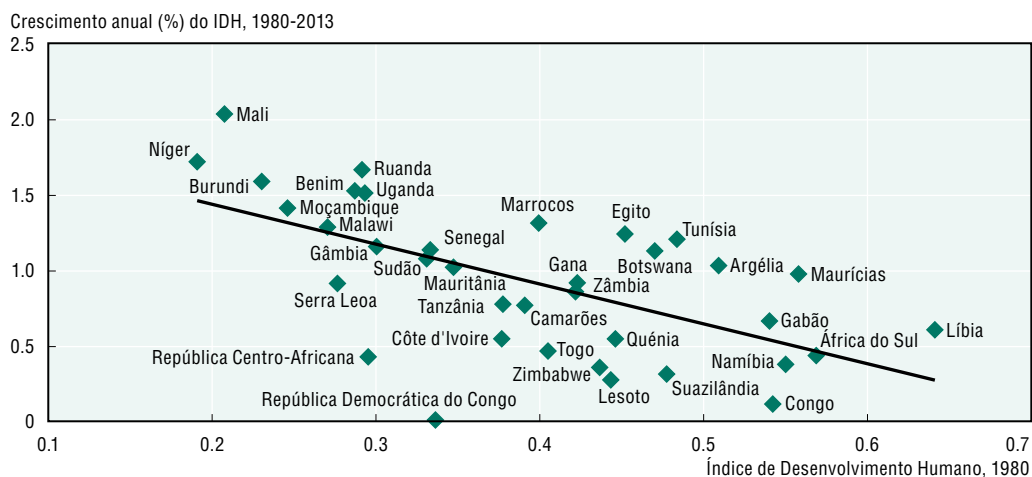
O desenvolvimento humano em África continua baixo e desigual

Apesar dos progressos registados desde 2000, os níveis de desenvolvimento humano no continente africano continuam baixos e vulneráveis a choques, sendo também muito mais baixos do que a média mundial. Na África subsariana, nomeadamente, o nível médio de desenvolvimento humano em 1990 era 0.40, comparativamente com uma média mundial de 0.60, o que representa uma diferença de 33%. Este valor subiu ligeiramente para 0.50 em 2013, sendo 28% mais baixo do que a média mundial, de 0.70 (PNUD, 2014). Em geral, os progressos no desenvolvimento humano derivam principalmente de melhorias na educação e saúde, bem como do crescimento no rendimento *per capita*. Os países que estavam mais atrasados ou partiam de patamares iniciais mais baixos estão agora a melhorar mais rapidamente do que os que registavam níveis de desenvolvimento humano iniciais mais altos. Esta tendência indica uma potencial convergência, com muitos países a aproximarem-se dos países com melhor desempenho, devido a melhorias na redução da pobreza e nos resultados da educação e saúde.

O nível de desenvolvimento continua a estar desequilibrado. Os países africanos carregam ainda grande parte do fardo da pobreza mundial e do baixo desenvolvimento humano, possuindo recursos limitados para responder a estes problemas. Aproximadamente uma em cada três pessoas pobres no mundo vive na África subsariana (CUA, 2014). O continente africano tem também a maior proporção de Países Menos Avançados (PMA) e 75% dos países com desenvolvimento humano baixo. Estes PMA são mais vulneráveis a choques económicos, ambientais e comerciais (UNDESA, 2014).

Desde 1980, o crescimento dos valores de IDH continuou a ser desigual e, para a maioria dos países, abaixo da média global. Os países com um crescimento acima da média foram os que partiram de uma base inicial baixa e os que se situam a meio da tabela (como o Benim, Mali, Ruanda e outros). Contudo, a maioria dos países não conseguiram ultrapassar a média global e apenas 11 atingiram um IDH superior à taxa de crescimento anualizada global do IDH (simbolizada pela linha na Figura 4.2).

Figura 4.2. Crescimento anual médio do Índice de Desenvolvimento Humano em África, 1980-2013



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do PNUD.
 StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228316>

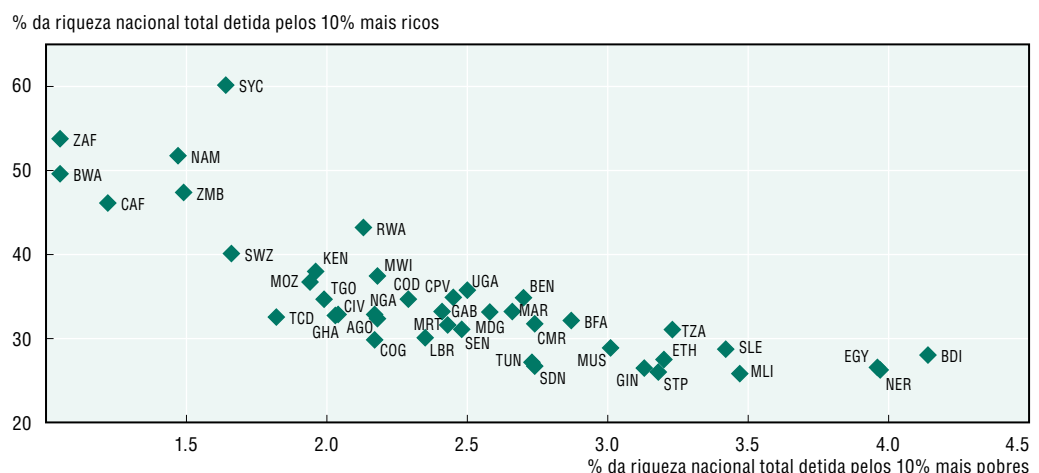


O défice de desenvolvimento humano está ligado às desigualdades

Um desenvolvimento humano desequilibrado origina desigualdades no seio dos países, as quais podem ser medidas pelas variações no acesso aos recursos, padrões de vida, educação e saúde. A distribuição do rendimento e do consumo nos países africanos, tal como medido pelo coeficiente de Gini¹, é altamente desequilibrada. África é a segunda região do mundo com maior desigualdade na distribuição dos rendimentos e do consumo dentro dos países, a seguir à América Latina e as Caraíbas (CUA et al., 2014). No continente africano, a África Austral é a região com maiores desigualdades, seguida da África Central, Oriental e Ocidental, sendo o Norte de África a região com menores desigualdades (PNUD, 2014). Um estudo em curso sobre a desigualdade em África, realizado pelo PNUD e baseado numa amostra de 29 países, concluiu que as Seychelles têm o maior nível de desigualdade, seguidas da África do Sul, Namíbia, Botswana, Zâmbia e a República Centro-Africana. Todos estes países, com exceção do último, são de desenvolvimento médio ou elevado. Na África subsariana, metade da população vive em países onde a desigualdade diminuiu e a outra metade em países onde aumentou (PNUD, no prelo).

Verifica-se um desequilíbrio na distribuição da riqueza dentro dos países, com o segmento mais rico da população a deter uma proporção significativamente maior do rendimento nacional. Um estudo recente do BAD (2011) concluiu que os que ganham mais de 20 dólares (USD) por dia representam menos de 5% da população mas controlam 19% da riqueza, enquanto o segmento mais pobre ganha menos de 2 USD/dia e representa 66% da população, mas controla apenas 36% da riqueza. A classe média, englobando os que ganham 4-10 USD (classe média baixa) e 10-20 USD (classe média alta), constitui 13% da população e detém 21% da riqueza. Este desequilíbrio na estrutura de rendimentos é particularmente acentuado em alguns países (Figura 4.3), sendo as maiores disparidades registadas nos países da África Austral. Na África do Sul, por exemplo, o decil mais rico controla 54% da riqueza nacional, contra apenas 1% no decil mais pobre (BAD, 2011).

Figura 4.3. Percentagem da riqueza detida pelos decis mais ricos e mais pobres nos países africanos



Fonte: Banco Mundial (2014).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228328>

O alto nível das desigualdades em África tem contribuído para grandes défices de desenvolvimento humano. Na África subsariana, o IDH ajustado à desigualdade revela uma perda de 33.6% quando os valores são ajustados em função das desigualdades na



distribuição de riqueza, na saúde e na educação. Alguns países de desenvolvimento humano médio enfrentam perdas significativas no desenvolvimento humano devido às desigualdades: por exemplo, o Botswana e a Zâmbia registam perdas de 38.2% e 35%, respetivamente. Outros países de desenvolvimento humano alto ou médio, mas com níveis mais baixos de desigualdade, como é o caso do Egito e das Maurícias, registam perdas mais pequenas – respetivamente 24% e 14.2%.

O défice de desenvolvimento humano devido às desigualdades é muito mais alto na África subsariana do que a média mundial. As regiões com menores perdas devido às desigualdades são a Europa e a Ásia Central, seguida da Ásia Oriental e Pacífico. A América Latina e os Estados Árabes registaram perdas similares. A situação africana deve-se a disparidades significativas no acesso à saúde e educação, o que contrasta com os países de desenvolvimento humano elevado, onde as desigualdades estão mais ligadas aos rendimentos (Tabela 4.2).

Tabela 4.2. Comparação mundial dos fatores de desigualdade nos valores do Índice de Desenvolvimento Humano, 2013

Regiões	Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (valor)	Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à desigualdade - IDHAD	Perda global do IDH ajustado à desigualdade (%)
Estados Árabes	0.682	0.512	24.9
Ásia Oriental e Pacífico	0.703	0.564	19.7
Europa e Ásia Central	0.738	0.639	13.3
América Latina e Caraíbas	0.740	0.559	24.5
Ásia do Sul	0.588	0.419	28.7
África subsariana	0.502	0.334	33.6
Países Menos Avançados	0.487	0.336	31.0
Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento	0.665	0.497	25.3
Mundo	0.702	0.541	22.9

Fonte: PNUD (2014).

As políticas de desenvolvimento humano devem abordar a vulnerabilidade ao risco

O desenvolvimento humano é altamente vulnerável ao risco, pelo que as políticas devem ter como objetivos acelerar os ganhos e reforçar a resiliência. Os países africanos são afetados por uma vulnerabilidade extrema a fatores negativos no plano económico, político, social e ambiental. Alguns progressos em termos de desenvolvimento humano sofreram um retrocesso, como foi o caso da deterioração do desenvolvimento humano na África Central e Austral durante a década de 90. Mais recentemente, o impacto do vírus Ébola nos países afetados e vizinhos na África Ocidental teve consequências negativas ao nível socioeconómico (UNDG-WCA, 2015). A queda dos preços das matérias-primas afeta a maioria dos países africanos e constitui outra fonte de vulnerabilidade. Os conflitos e guerras civis tiveram também impactos negativos no desenvolvimento humano, nomeadamente a constante insegurança na África Central e os fenómenos de radicalização em alguns países da África Oriental.

Tanto a situação na década de 90 como a recente deterioração do desenvolvimento humano em alguns países do Norte de África e da África Ocidental alertam para a necessidade de melhorar a resiliência dos países face a choques políticos, ambientais ou de saúde. As políticas de desenvolvimento humano devem comprometer-se a manter os progressos, respondendo às vulnerabilidades daqueles que estão mais expostos aos desastres naturais, às alterações climáticas e aos contratemplos financeiros. Para acelerar e manter a evolução positiva em termos de desenvolvimento humano, é



necessária uma ação reforçada e abrangente, com enfoque nos PMA e particularmente nos Estados Frágeis. Várias conferências recentes apelaram à implementação do Programa de Ação de Istambul, cujas áreas prioritárias englobam o desenvolvimento da capacidade produtiva, o comércio, as matérias-primas, o desenvolvimento social e humano, a resposta a choques, a mobilização de recursos financeiros, a promoção da boa governação, da agricultura, da segurança alimentar e do desenvolvimento rural (ONU, 2011). O programa salienta ainda a necessidade de reforçar as parcerias com vista ao desenvolvimento das capacidades produtivas (UNOHRLLS, 2014).

Os países de rendimento médio também enfrentam desafios de desenvolvimento humano

Os Países de Rendimento Médio (PRM) em África registam resultados muito diversos em termos de desenvolvimento humano. Entre os 27 países africanos nesta categoria, 11 são países de rendimento médio-alto e os restantes de rendimento médio-baixo. Só 16 atingiram um desenvolvimento humano médio ou elevado (Figura 4.4), o que significa que quase três em cada cinco PRM em África têm um desenvolvimento humano baixo. Para além disso, 70.6% da população pobre vive nos PRM (CUA et al., 2014), o que demonstra que a disponibilização de recursos ainda não se traduziu em melhores resultados na educação e na saúde para a maioria da população. Esta situação deriva, principalmente, das diferenças entre os PRM, nomeadamente, das diferenças nos setores económicos que impulsionam o crescimento e na capacidade estatal para gerir e distribuir a riqueza (Sumner, 2013).

Figura 4.4. Níveis de desenvolvimento humano nos países de rendimento médio

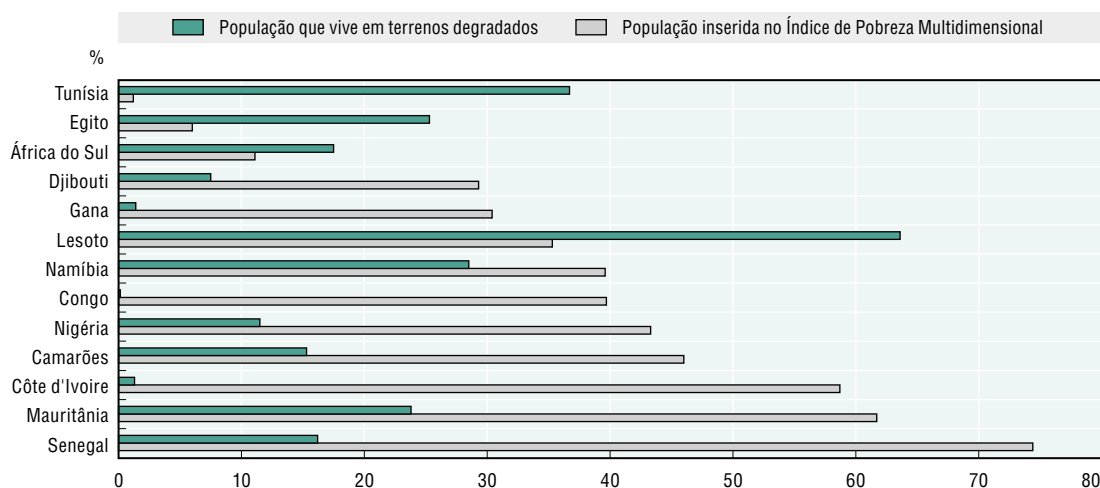
	Desenvolvimento humano elevado	Desenvolvimento humano médio	Desenvolvimento humano baixo
Países de rendimento médio-alto	Argélia, Líbia, Maurícias, Seychelles, Tunísia	África do Sul, Botswana, Gabão, Namíbia	Angola
Países de rendimento médio-baixo		Cabo Verde, Congo, Egito, Gana, Marrocos, São Tomé e Príncipe, Zâmbia	Camarões, Côte d'Ivoire, Djibouti, Lesoto, Mauritània, Nigéria, Senegal, Sudão do Sul, Sudão, Suazilândia

Fonte: PNUD (2014); categorias BIRD.

Uma grande parte da população que vive nos PRM enfrenta múltiplos níveis de privação, mesmo com o aumento dos níveis de rendimento *per capita*. A dimensão da pobreza no meio da abundância é medida pelo Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que capta o grau de privação relativamente à saúde, educação e padrões de vida. Em 11 dos 18 PRM africanos abrangidos pelo IPM, um terço da população vive em situação de pobreza multidimensional (OPHI, 2014). Na Mauritània, Senegal e Zâmbia, a proporção da população em situação de pobreza multidimensional atinge os 60%.



Figura 4.5. Proporção da população em países africanos de rendimento médio que vive em situação de pobreza multidimensional e em terras degradadas (%), 2013



Fonte: PNUD (2014).

[StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933228338](http://dx.doi.org/10.1787/888933228338)

Para atingir um desenvolvimento humano sustentável para todos, os países de rendimento médio devem abordar os seus défices de capacidades e as suas necessidades de investimento. A mobilização de recursos internos e externos, públicos e privados, deve continuar a ser uma prioridade, por forma a contribuir para assegurar o financiamento, a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de capacidades para a redução da pobreza. Os países de desenvolvimento médio são também vulneráveis à degradação ambiental e às alterações climáticas. Em 40% dos países africanos, mais de 25% da população vive em terras degradadas. Isto inclui pessoas que vivem em terras gravemente degradadas em termos de biomassa, saúde dos solos, quantidade de água e biodiversidade, o que tem efeitos significativos na segurança alimentar, nos meios de subsistência das regiões rurais e na vulnerabilidade a desastres naturais e às alterações climáticas (Figura 4.5). A resposta a estes problemas pode colocar uma pressão acrescida sobre as capacidades institucionais e recursos existentes. As estratégias de desenvolvimento devem, assim, tentar equilibrar as melhorias de rendimento com as privações sociais e ambientais. Os países onde grande parte da população vive em ambientes degradados – como a África do Sul, Egito, Lesoto e Tunísia – devem assegurar que os esforços para melhorar as condições ambientais não se reflitam negativamente num aumento da pobreza. O mesmo princípio é aplicável a países como os Camarões, Congo, Côte d'Ivoire e Senegal, onde os esforços para reduzir os níveis de privação das populações não se devem traduzir em piores condições ambientais.

A desigualdade de género e a discriminação social e institucional continuam elevadas

Esta secção analisa os efeitos negativos da desigualdade de género e das discriminações sociais e institucionais no desenvolvimento humano.

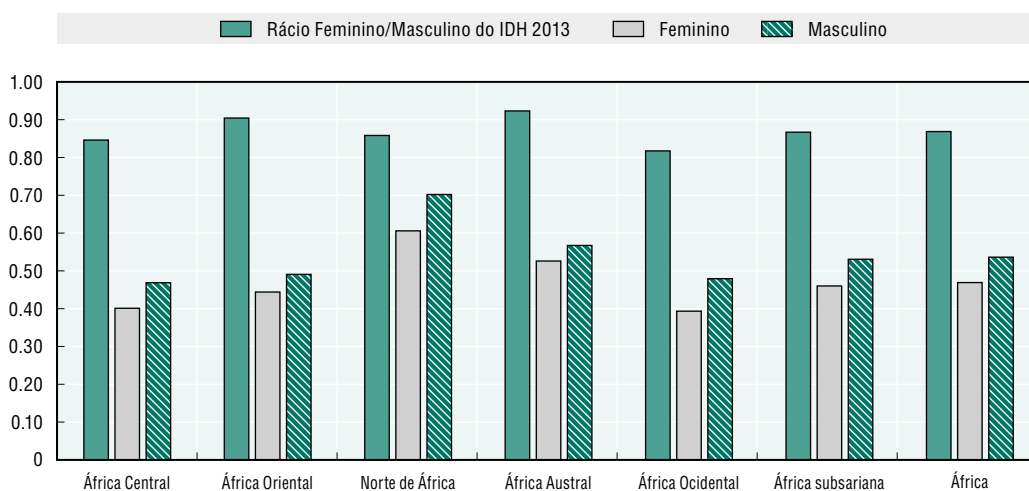
Os resultados de desenvolvimento humano são piores para as mulheres

Existem diferenças evidentes entre homens e mulheres relativamente aos resultados de desenvolvimento humano. O Índice de Desenvolvimento por Género (IDG) mede as diferenças de género em três dimensões básicas do desenvolvimento humano e avalia



em que medida os resultados são piores para as mulheres. O IDG médio – nos 39 países africanos para os quais existem dados disponíveis – é de 87%, o que significa que o IDH feminino está 13 pontos percentuais abaixo do IDH masculino. Esta percentagem é similar à verificada nos Estados Árabes e ligeiramente melhor do que na Ásia do Sul, onde o IDH feminino está 17 pontos percentuais abaixo do masculino. O menor nível de diferenças de género regista-se na América Latina e Caraíbas, onde o valor do IDH feminino está apenas 4% abaixo. Quer na Ásia Oriental e Pacífico, quer na Europa e Ásia Central, o valor do IDH para as mulheres está 6 pontos percentuais abaixo do IDH para os homens. O Níger é o país africano com maior desigualdade de género nesta matéria, estando o IDH feminino 29 pontos percentuais abaixo do IDH masculino. O Chade, a Guiné, a Libéria, o Mali, a República Centro-Africana e a Serra Leoa estão entre os países africanos onde essa desigualdade excede também os 20 pontos percentuais. A desigualdade de género relativamente ao desenvolvimento humano é menor no Botswana, Lesoto, Maurícias, Namíbia e Ruanda. Em relação às subregiões, as maiores diferenças de género relativamente ao IDH verificam-se na África Ocidental e Central, enquanto a menor disparidade está na África Austral, seguida da África Oriental e do Norte de África (Figura 4.6).

Figura 4.6. Posição das regiões africanas no Índice de Desenvolvimento Humano por Género, 2013



Fonte: PNUD (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228343>

As diferenças de género contribuem para a desigualdade no desenvolvimento humano

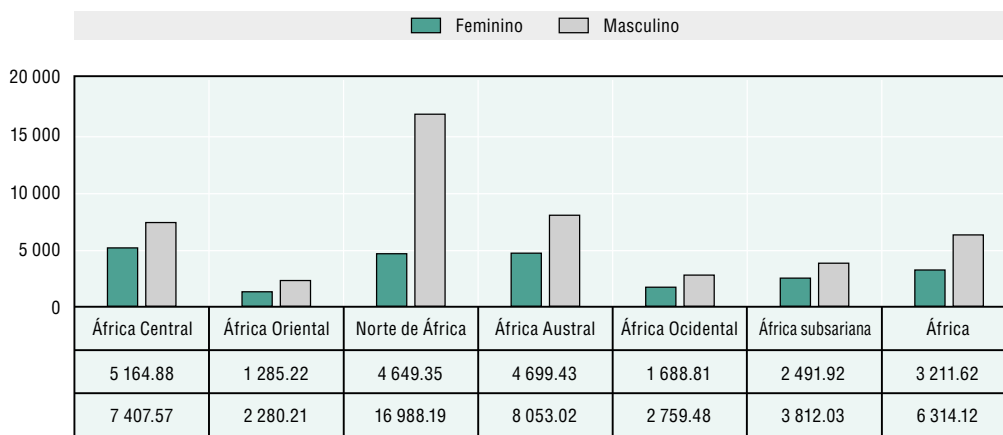
As desigualdades de género são prevaletentes na educação, na saúde e no controlo dos recursos, originando muitas das assimetrias no âmbito do desenvolvimento humano. São perpetuadas por um sistema de fatores discriminatórios em termos económicos, políticos, sociais e ambientais, que limitam a participação das mulheres no mercado de trabalho, o desenvolvimento das capacidades humanas e o controlo sobre os recursos produtivos. Uma menor desigualdade de género na educação contribui para melhores resultados das mulheres. Por exemplo, a disparidade na média de anos de escolaridade é maior na África Ocidental e no Norte de África, e menor na África Austral e Central. Relativamente aos níveis de rendimento, a disparidade de género é maior no Norte de África e África Austral, onde os homens auferem rendimentos muito superiores ao das mulheres; já a África Oriental é a subregião onde se regista menor disparidade, seguida



de perto pela África Ocidental e Central (Figura 4.7). Assim, na África Austral, o impacto negativo que a grande disparidade de rendimento teria no IDH feminino é mitigado pelas pequenas disparidades de género verificadas ao nível dos resultados educativos e de um nível médio de disparidade na esperança média de vida. Na África Ocidental e Central, a diferença nos resultados do IDH entre homens e mulheres deriva principalmente das disparidades no âmbito da educação (Figura 4.8).

Figura 4.7. Rendimento Nacional Bruto estimado per capita em África, por género, 2013

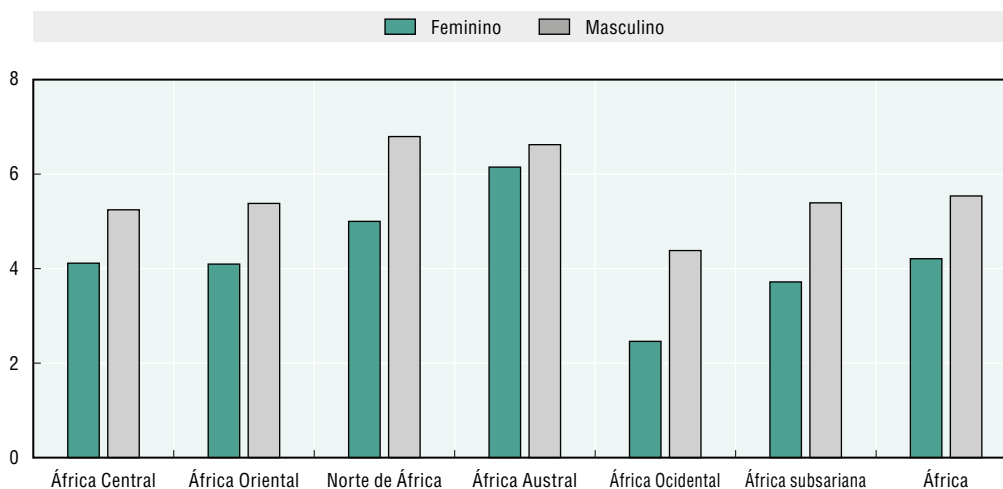
(Paridade do Poder de Compra em US\$ de 2011)



Fonte: PNUD (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228358>

Figura 4.8. Número médio de anos des escolarização em África



Fonte: PNUD (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228364>



Continuam a existir níveis altos de discriminação contra as mulheres nas instituições sociais

A existência de instituições sociais discriminatórias restringe os direitos das mulheres e o seu acesso a oportunidades de empoderamento. Estas instituições sociais consistem em atitudes, práticas e leis, formais e informais, que definem orientações sobre os códigos de comportamento “aceitáveis” para mulheres e homens. Estas instituições são analisadas no Índice de Instituições Sociais e Género (IISG), do Centro de Desenvolvimento da OCDE, que abrange 43 países africanos. O IISG combina dados quantitativos e qualitativos para analisar várias áreas fundamentais, como a discriminação no seio da família, a violência contra as mulheres, a discriminação das filhas em relação aos filhos, questões sobre a terra e direitos de propriedade e liberdades civis. Os últimos resultados, atualizados em 2014, apontam para uma estagnação em África. A maioria dos países evidenciam níveis elevados ou muito elevados de discriminação, particularmente no que respeita à violência contra as mulheres, aos direitos sobre a terra e ao baixo estatuto das mulheres no seio da família. As mulheres africanas enfrentam grandes discriminações que limitam as suas escolhas e violam os seus direitos socioeconómicos. Continuam a verificar-se grandes desafios no acesso aos serviços financeiros e à terra, bem como insegurança nos direitos de propriedade, os quais são prejudicados por leis e práticas discriminatórias.

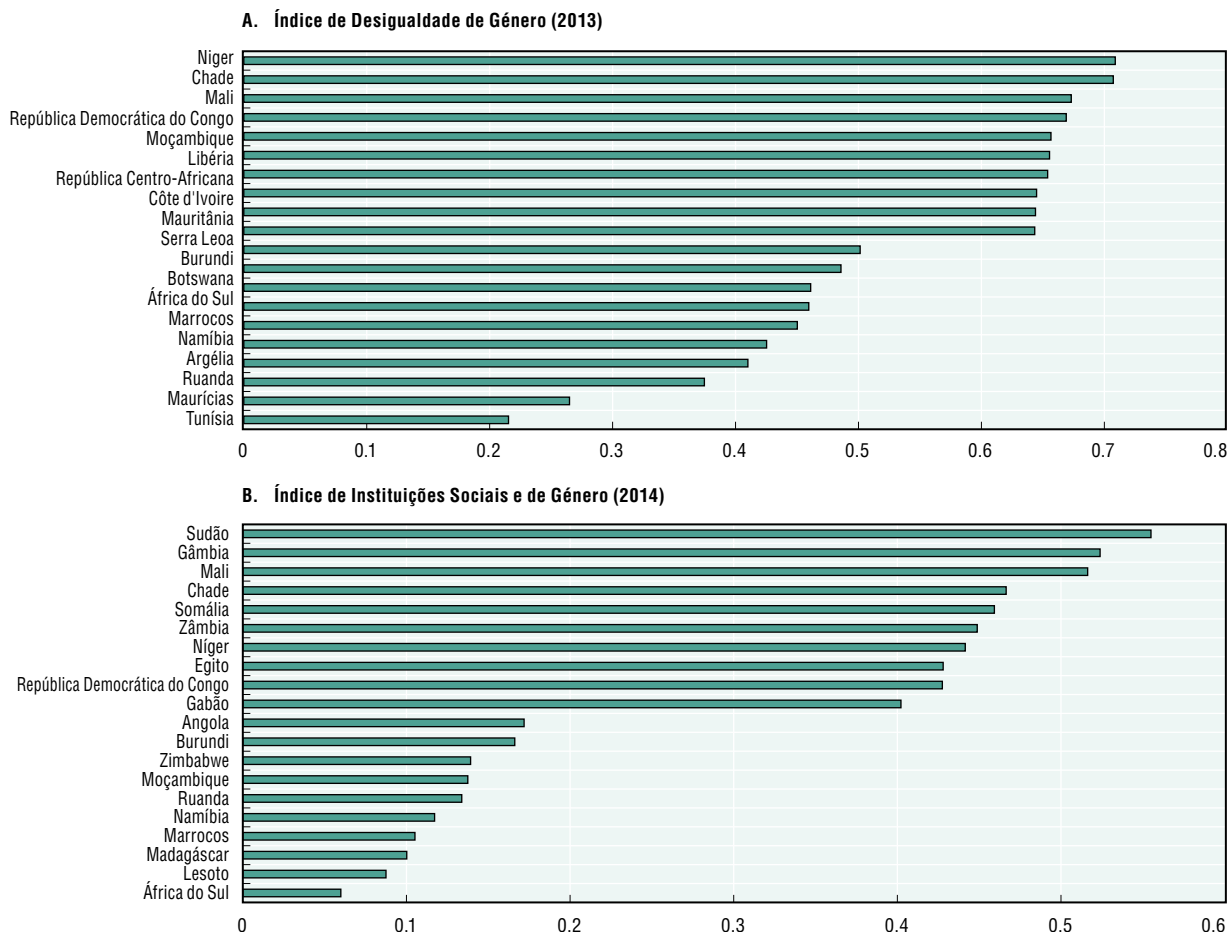
A violência contra as mulheres é objeto de grande preocupação. As mulheres nos países frágeis e afetados por conflitos são particularmente vulneráveis a violações e a outras formas de violência. Em alguns países, existem leis específicas sobre género, que restringem o acesso das mulheres ao espaço público e à participação política.

Os altos níveis de discriminação nas instituições sociais têm um impacto negativo no desenvolvimento humano. O impacto potencial das instituições sociais na desigualdade de género pode ser aferido pela análise dos países que têm maiores níveis de desigualdade de género, tal como medido pelo Índice de Desigualdade de Género (IDG), e dos países que apresentam mais práticas sociais discriminatórias, conforme medido pelo IISG. O IDG reflete o impacto da desigualdade de género no desenvolvimento humano, em termos de défices na saúde reprodutiva, no empoderamento e participação na população ativa. O IISG analisa as instituições e práticas sociais discriminatórias em cinco dimensões: práticas discriminatórias na família, violência contra as mulheres, discriminação das filhas em relação aos filhos, limitação de recursos e bens, além de liberdades civis.

Estes índices mostram que os países com níveis médios ou baixos de discriminação nas suas leis, normas e práticas sociais – como a África do Sul, Burundi, Marrocos, Namíbia e Ruanda – também apresentam os níveis mais baixos de desigualdade de género relativamente aos indicadores de desenvolvimento humano. Pelo contrário, países como o Chade, o Mali, o Níger e a República Democrática do Congo, que apresentam alguns dos níveis mais elevados de desigualdade de género no desenvolvimento humano, são também os que possuem leis, normas e práticas sociais altamente discriminatórias. O IISG permite que cada país identifique as instituições sociais específicas que mais contribuem para a perpetuação da desigualdade de género e tomem medidas em relação a essas barreiras. Por exemplo, em dez países africanos com baixos níveis gerais de discriminação nas suas instituições sociais, ainda são necessárias ações para reduzir as práticas discriminatórias na família (Burundi, Madagáscar e Marrocos), para prevenir a violência contra as mulheres (Angola e Burundi) e para melhorar o acesso a recursos e bens (Angola, Namíbia e Ruanda).



Figura 4.9. Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Desigualdade de Género de acordo com o nível do Índice de Instituições Sociais e Género (IISG)



Nota: O Índice de Desigualdade de Género (IDG) mede as perdas de desenvolvido humano derivadas das desigualdades (PNUD); o IISG mede a discriminação nas instituições sociais (OCDE).

Fonte: OCDE (2014); PNUD (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228376>

A agenda pós-2015 deve acelerar os progressos no sentido de um desenvolvimento humano sustentável

Esta secção descreve os requisitos políticos para a implementação da agenda pós-2015. Analisa a integração da equidade e sustentabilidade nos sistemas de monitorização e implementação, bem como o financiamento sustentável de novos desafios, como as mudanças climáticas e a proteção social.

Em África, a agenda pós-2015 deve aproveitar a dinâmica criada e as lições aprendidas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)

O impulso gerado pela Agenda 2063 e pelos objetivos pós-2015 representa uma oportunidade para África. A agenda pós-2015 pretende responder aos desafios mundiais e requer uma parceria global para o desenvolvimento sustentável. Esta agenda centra-se



numa visão de futuro com responsabilidades partilhadas e numa agenda universal e transformadora para o desenvolvimento humano sustentável. Neste sentido, as instituições e os países africanos têm um papel fundamental a desempenhar para cumprir a agenda inacabada dos ODM e acelerar o desenvolvimento humano, equitativo e sustentável em África. A manutenção da dinâmica conseguida pelos governos, sociedade civil e setor privado durante as consultas nacionais e regionais sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 é essencial para gerar objetivos claros e desenvolver um sistema de monitorização e implementação que responda aos novos desafios, como é o caso das alterações climáticas ou da proteção social.

O continente africano regista piores resultados na realização dos ODM e devem ser tomadas medidas para a promoção da equidade e da sustentabilidade. A região está no bom caminho para alcançar apenas dois dos oito ODM – os objetivos relacionados com a educação primária universal e com a paridade de género no ensino primário (CUA, 2014). As metas ligadas à pobreza e à fome registam progressos insuficientes, enquanto os objetivos relativos à saúde e ao ambiente são os que têm menor probabilidade de serem atingidos (CUA et al., 2014). Para além disso, os progressos verificados até à data são suscetíveis de retrocesso devido às fracas capacidades de resposta aos vários choques, bem como aos sistemas de proteção social inadequados e subfinanciados. Entre as ações prioritárias para a agenda pós-2015, incluem-se integrar a equidade, sustentabilidade e redução das vulnerabilidades na agenda; melhorar a medição dos progressos, tendo em conta a situação inicial; e assegurar um financiamento de longo prazo para o desenvolvimento humano, a redução dos riscos e a proteção social.

São necessárias plataformas efetivas de implementação e monitorização. Para os países africanos, o principal desafio está em criar plataformas coerentes e eficazes de implementação e monitorização, que promovam a realização de um desenvolvimento humano equitativo e sustentável. As questões sociais, económicas e ambientais devem ser integradas de uma forma coerente, eficaz e sustentável, ao nível regional e nacional. Neste sentido, o Relatório do Painel de Alto-Nível de Personalidades Eminentíssimas sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015 (ONU, 2013) propôs cinco grandes transformações: i) não deixar ninguém para trás; ii) fazer do desenvolvimento sustentável uma prioridade; iii) transformar as economias para a criação de emprego e o crescimento inclusivo; iv) construir a paz e instituições eficazes, abertas e transparentes para todos; e v) forjar uma nova parceria global. Os elementos de base para a definição de quadros nacionais de desenvolvimento englobam a Posição Comum Africana sobre a Agenda Pós-2015, a Agenda 2063 da União Africana, o Relatório do Grupo de Trabalho Aberto (GTA) sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (UNGA, 2014) e o Relatório de Síntese do Secretário-Geral das Nações Unidas (ONU, 2015).

A sustentabilidade, a transparência e prestação de contas são essenciais para obter resultados positivos

A implementação de novos enquadramentos sobre equidade e sustentabilidade deve ter em consideração as lições aprendidas com os ODM. As lições relativas à necessidade de apropriação, transparência e prestação de contas, liderança, e monitorização com dados de qualidade devem contribuir para a definição dos sistemas nacionais e regionais de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CUA et al., 2011). Nomeadamente, os Sistemas de Aceleração dos ODM, em vigor em pelo menos 24 países africanos, têm sido um instrumento útil para identificar obstáculos, dar prioridade a soluções baseadas no conhecimento e experiência locais, influenciar os processos de planeamento e definição de políticas, bem como reforçar as parcerias para acelerar os progressos nesta matéria (PNUD, 2013).



Caixa 4.1. Políticas de proteção social

As políticas de proteção social funcionam como um instrumento importante contra as desigualdades, assegurando um crescimento mais inclusivo e sustentável e contribuindo para uma sociedade mais coesa e responsável (CUA et al., 2011). No entanto, a análise das atuais políticas, programas e relatórios de proteção social em vários países - Etiópia, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Ruanda e Quênia - revela uma cobertura inadequada dos grupos vulneráveis, nomeadamente idosos, crianças, pessoas com deficiência e trabalhadores do setor informal (Omilola e Kaniki, 2014). As iniciativas atuais de proteção social sofrem de subfinanciamento e fraca coordenação, havendo necessidade de maior alinhamento das políticas e programas. As questões de género devem também ser incorporadas, para aumentar o acesso das mulheres e raparigas à proteção social, uma vez que estas são normalmente afetadas pela pobreza de forma desproporcional. Para além disso, é importante integrar as medidas de proteção social no planeamento e financiamento do desenvolvimento, para as tornar mais equitativas e sustentáveis.

Os sistemas de monitorização devem ter em conta a sustentabilidade, a transparência e a responsabilização perante resultados (*accountability*). A definição de metas nacionais para o desenvolvimento humano sustentável deve integrar aspetos económicos, sociais e ambientais, reconhecendo as suas interligações. A medição dos progressos numa perspetiva de desenvolvimento humano sustentável implica que as metodologias utilizadas tenham em consideração os bens sociais e o impacto de atividades nocivas em termos sociais e ambientais. As metodologias devem, igualmente, ter em atenção as questões da equidade e da distribuição de custos e benefícios, bem como o impacto nas gerações futuras. Pretende-se, assim, promover um rumo em direção do desenvolvimento sustentável que seja baseado em evidências, indo ao encontro de diversas realidades e capacidades de cada país. As possíveis metodologias que têm em consideração as condições iniciais e os progressos efetuados pelos países são analisadas no Relatório de África sobre os ODM 2014. Os que propõem uma “revolução estatística” centram-se na racionalização dos processos de recolha de dados e na existência de um mecanismo de coordenação, para assegurar que um conjunto de indicadores seja acompanhado e amplamente divulgado, contribuindo assim para as políticas públicas e para a responsabilização. Para além disso, deve ser dada prioridade à melhoria das capacidades nacionais para recolha de dados a longo prazo, utilizando as novas tecnologias (PNUD, 2014).

Os países africanos devem priorizar os mecanismos de responsabilização na implementação desta agenda, bem como a adequação do financiamento, da capacidade institucional e das medidas de resposta às alterações climáticas. É igualmente importante a existência de mecanismos públicos fortes e inclusivos, ao nível subnacional, nacional e regional, no que diz respeito ao reporte, monitorização dos progressos, lições aprendidas e responsabilização mútua. A Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, a realizar em Julho de 2015 em Adis Abeba, poderá impulsionar uma parceria global que use eficazmente as fontes de financiamento do desenvolvimento humano - públicas e privadas, nacionais e internacionais. Neste sentido, as estratégias eficazes para um desenvolvimento humano sustentável terão de abordar a ajuda ao desenvolvimento, ao comércio, à dívida, à fiscalidade e à estabilidade dos mercados financeiros, bem como à coordenação de estratégias de financiamento dos países, baseadas num ambiente nacional favorável em termos de políticas e complementadas por um ambiente internacional propício e reformado. O debate em curso sobre os fluxos financeiros ilícitos, o papel das remessas, a mobilização de recursos internos e as mudanças no sistema fiscal mundial devem contribuir para a implementação dos objetivos globais de desenvolvimento no plano nacional.



Caixa 4.2. Alterações climáticas

O acordo global a ser alcançado na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas terá grande importância para África. O combate às mudanças climáticas é uma prioridade para a região, que já enfrenta os impactos negativos das alterações drásticas nos padrões climáticos, do aumento dos níveis do mar e de desastres naturais recorrentes, os quais prejudicam os ganhos de desenvolvimento. Os últimos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas, incluídos no 5º Relatório de Avaliação, demonstram o aquecimento progressivo, o aumento dos níveis do mar e o aumento da intensidade das vagas de calor e da frequência de precipitações fortes (PNUD, 2014).

A exclusão, a desigualdade e o desenvolvimento humano sustentável estão interligados

Esta secção analisa as interligações entre exclusão, desigualdades e desenvolvimento humano, abordando os fatores socioeconómicos e geográficos de um desenvolvimento humano desigual na Tanzânia e na Zâmbia.

A luta contra a exclusão e a desigualdade é fundamental para alcançar a sustentabilidade ambiental e um maior desenvolvimento humano

As desigualdades diluem os progressos efetuados ao nível do desenvolvimento humano. A exclusão e a desigualdade – tanto no plano intergeracional como intrageracional – dificultam a tradução do crescimento económico e dos avanços tecnológicos numa efetiva redução da pobreza e num desenvolvimento humano sustentável. Os estudos efetuados demonstram que a construção de um futuro caracterizado pela pobreza massiva no meio da abundância é “economicamente ineficiente, politicamente insustentável e moralmente indefensável” (PNUD, 2015). No entanto, 15 anos após a Declaração do Milénio, os avanços em termos de desenvolvimento humano continuam lentos e desiguais, num contexto de desigualdade económica crescente a nível nacional, regional e global. Há ainda um longo caminho a percorrer para uma maior igualdade – no plano da tecnologia, dos recursos humanos e financeiros –, num mundo cada vez mais desigual. No entanto, estes esforços são um fator impulsionador para a redução da pobreza e para os objetivos nacionais e globais de desenvolvimento.

A sustentabilidade ambiental está ligada às desigualdades. A exclusão e as desigualdades interligam-se com a sustentabilidade ambiental, uma vez que a degradação do ambiente contribui para a desigualdade intrageracional. As pesquisas demonstraram que a degradação ambiental afeta de forma desproporcional os segmentos pobres e vulneráveis da sociedade, intensificando as desigualdades. Para além disso, as assimetrias no desenvolvimento humano amplificam a degradação ambiental (PNUD, 2009). A promoção de um desenvolvimento humano sustentável requer, portanto, um enfoque conjunto na sustentabilidade ambiental e na igualdade, com uma atenção especial sobre as estratégias que promovem o empoderamento dos mais desfavorecidos.

A exclusão e desigualdade estrutural refletem-se num desenvolvimento humano desequilibrado. As secções seguintes, sobre a Tanzânia e a Zâmbia, recorrem a dados sobre o desenvolvimento humano a nível subnacional e a vários indicadores de exclusão, para analisar em que medida a exclusão socioeconómica e geográfica causam um desenvolvimento humano desigual. Em ambos os países, as disparidades de desenvolvimento humano entre regiões explicam-se, em parte, por fatores como a localização geográfica, os níveis e diferenças do rendimento *per capita* bem como a



participação dos homens e mulheres na população ativa, as taxas de emprego em setores de baixa produtividade e o acesso à energia. Em geral, a desigualdade dentro dos países tem várias causas subjacentes que podem perpetuar um desenvolvimento humano desequilibrado, tais como as condições económicas, as alianças de grupo, a intensidade de fluxos migratórios entre setores económicos ou o papel limitado do Estado na redistribuição da riqueza através de impostos ou de despesa (PNUD, no prelo).

Estudo de caso: Tanzânia

A Tanzânia é um exemplo de um país de rendimento baixo com variações regionais significativas relativamente à pobreza e ao desenvolvimento humano que podem derivar de diferenças socioeconómicas e geográficas. O seu PIB *per capita* é de 1 654 USD, ligeiramente abaixo da média dos PMA de 1 971 USD. O país registou melhorias rápidas no desenvolvimento humano mas continua a estar na categoria de desenvolvimento humano baixo, com 67.9% da população a viver abaixo do limiar de pobreza extrema (internacionalmente estabelecido em 1.25 USD/dia) e 65.6% dos 29.8 milhões de habitantes em situação de pobreza multidimensional (PNUD Tanzânia, 2015).

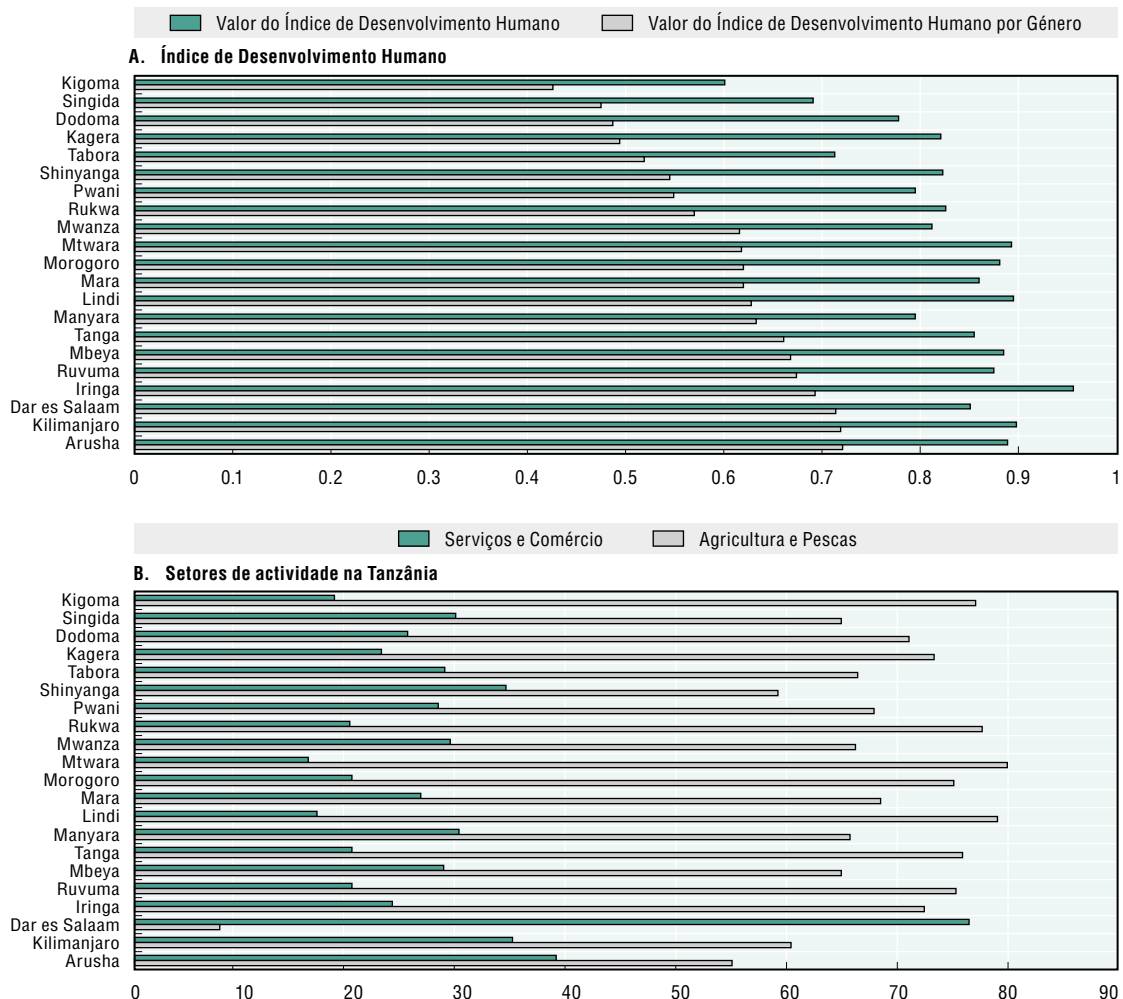
Verifica-se uma desigualdade na repartição do desenvolvimento humano pelas regiões e grandes disparidades nos indicadores subjacentes ao desenvolvimento humano. Três regiões atingiram já níveis globais de desenvolvimento médio. No geral, as regiões de Arusha, Kilimanjaro, Dar es Salaam e Iringa têm os níveis mais elevados de desenvolvimento humano, enquanto Tabora, Kagera, Dodoma, Singida e Kigoma apresentam os níveis mais baixos. Tem-se verificado uma evolução positiva e as regiões com níveis mais baixos estão a progredir mais depressa, embora permaneçam disparidades consideráveis entre regiões. Em relação à educação, existe uma disparidade de três anos de escolaridade entre a região com melhor e pior desempenho. Relativamente ao rendimento, o PIB *per capita* da região com o nível mais baixo de desenvolvimento humano é metade do da região com melhor desempenho.

A agricultura continua a desempenhar um papel significativo na economia, nas regiões com maiores e menores níveis de desenvolvimento humano. Como fatores de desenvolvimento humano salientam-se as culturas produtivas alimentares e de rendimento, o crescimento do setor comercial e de serviços e, em menor grau, a indústria transformadora. O setor agrícola e das pescas representa 70% do emprego em duas das cinco regiões com maiores níveis de desenvolvimento humano (Iringa e Ruvuma), bem como em três das cinco regiões com pior desempenho (Kagera, Dodoma e Kigoma). No entanto, nas regiões com desenvolvimento humano mais baixo, esta atividade envolve uma agricultura de subsistência menos produtiva. O crescimento dos setores mineiro e de serviços em Singida ainda não teve um impacto assinalável no desenvolvimento humano local.

Em todas as regiões, verifica-se uma disparidade entre os níveis de desenvolvimento humano de mulheres e homens. Esta disparidade é maior nas regiões com desenvolvimento humano mais baixo, mas está também presente em algumas das regiões com melhor desempenho, como Dar es Salaam e Ruvuma (Figura 4.10). As diferenças de género no IDH estão fortemente ligadas às desigualdades entre mulheres e homens no controlo dos recursos e no rendimento *per capita*. Estas disparidades podem estar relacionadas com os principais meios de subsistência e profissões em cada região. As regiões com maior percentagem de emprego fora da agricultura, especialmente em serviços e comércio, correspondem às que têm maiores rendimentos *per capita*, bem como um alto grau de desigualdade entre mulheres e homens no que respeita ao IDH e aos rendimentos.



Figura 4.10. Índice de Desenvolvimento Humano e setores de atividade na Tanzânia, por província, 2014



Fonte: PNUD Tanzânia (2015); República da Tanzânia (2014).
 StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228383>

As regiões com maior desenvolvimento humano são as que têm maiores concentrações populacionais. A concentração populacional e a localização geográfica podem contribuir para maiores níveis de desenvolvimento humano, embora uma maior densidade populacional também possa ter um efeito prejudicial na qualidade da prestação de serviços. As regiões com maiores níveis de desenvolvimento humano tendem a ter maior percentagem de população urbana do que as regiões com níveis mais baixos. Nas cinco regiões com melhor desempenho, a população urbana representa mais de 20% do total, estando abaixo dessa percentagem nas cinco regiões com pior desempenho. A existência de maiores concentrações urbanas parece corresponder a uma utilização mais alargada da eletricidade, que é um indicador do acesso à energia para as famílias e empresas, sendo expetável que a melhoria do acesso à energia tenha uma influência positiva no desenvolvimento humano. Por exemplo, mais de 30% dos agregados familiares nas regiões com desenvolvimento humano mais elevado têm acesso à eletricidade, comparativamente com 8-12% nas regiões com IDH mais baixo.



No entanto, o impacto geral da densidade populacional no desenvolvimento humano é incerto, uma vez que densidades populacionais muito elevadas podem, igualmente, ter impactos negativos no acesso aos serviços sociais. Os indicadores de educação e saúde, por exemplo, são piores em Dar es Salaam, Kagera, Mtwara e Shinyanga. Estes problemas podem, contudo, ser superados: as regiões de Kilimanjaro, Mwanza e Tanga têm grandes densidades populacionais mas também melhores indicadores relativamente à esperança de vida e à média de anos de escolaridade. Por outro lado, nas regiões menos urbanizadas, como é o caso de Lindi, Manyara e Tanga, o capital humano – incluindo uma maior esperança média de vida – parece desempenhar um papel crucial no desenvolvimento humano.

Estudo de caso: Zâmbia

A Zâmbia é um país de rendimento médio com variações regionais significativas relativamente à pobreza e ao desenvolvimento humano, derivadas de diferenças socioeconómicas e geográficas. O seu PIB *per capita* é de 2 990 USD, ligeiramente abaixo da média da África subsariana, de 3 237 USD. O país registou melhorias rápidas nos níveis de desenvolvimento humano, e obteve a classificação de país de rendimento médio. No entanto, 75% da população ainda vive abaixo do limiar de pobreza extrema (internacionalmente estabelecido em 1.25 USD/dia) e 64% da população, ou 7.6 milhões de pessoas, encontra-se em situação de pobreza multidimensional (PNUD Zâmbia, no prelo).

A repartição do desenvolvimento humano no país é assimétrica. Existem grandes disparidades regionais entre as províncias com melhor e pior desempenho relativamente à pobreza e ao desenvolvimento humano. Das dez províncias, apenas quatro (Lusaka, Northwestern, Copperbelt e Southern) obtiveram a classificação de desenvolvimento humano médio, enquanto as restantes seis (Central, Luapula, Eastern, Muchinga, Western e Northern) continuam na categoria de desenvolvimento humano baixo. Os níveis de IDH variam desde 0.35, para as províncias Northern e Western, até 0.60 para as províncias com o desenvolvimento humano mais elevado. Contudo, as regiões com maior IDH podem englobar grandes desigualdades dentro das regiões. Por exemplo, a incidência da pobreza continua elevada nas províncias Southern (65%) e North Western (63%), que possuem níveis relativamente elevados de IDH (PNUD Zâmbia, no prelo). As diferenças no IDH entre e dentro das regiões são atribuídas, principalmente, a diferenças de rendimentos e condições de vida. As quatro províncias de topo registaram um aumento rápido do rendimento *per capita* e das oportunidades económicas; em particular, a melhoria do IDH na província Northwestern deve-se ao crescimento das receitas e do emprego no setor mineiro, bem como a uma maior esperança média de vida.

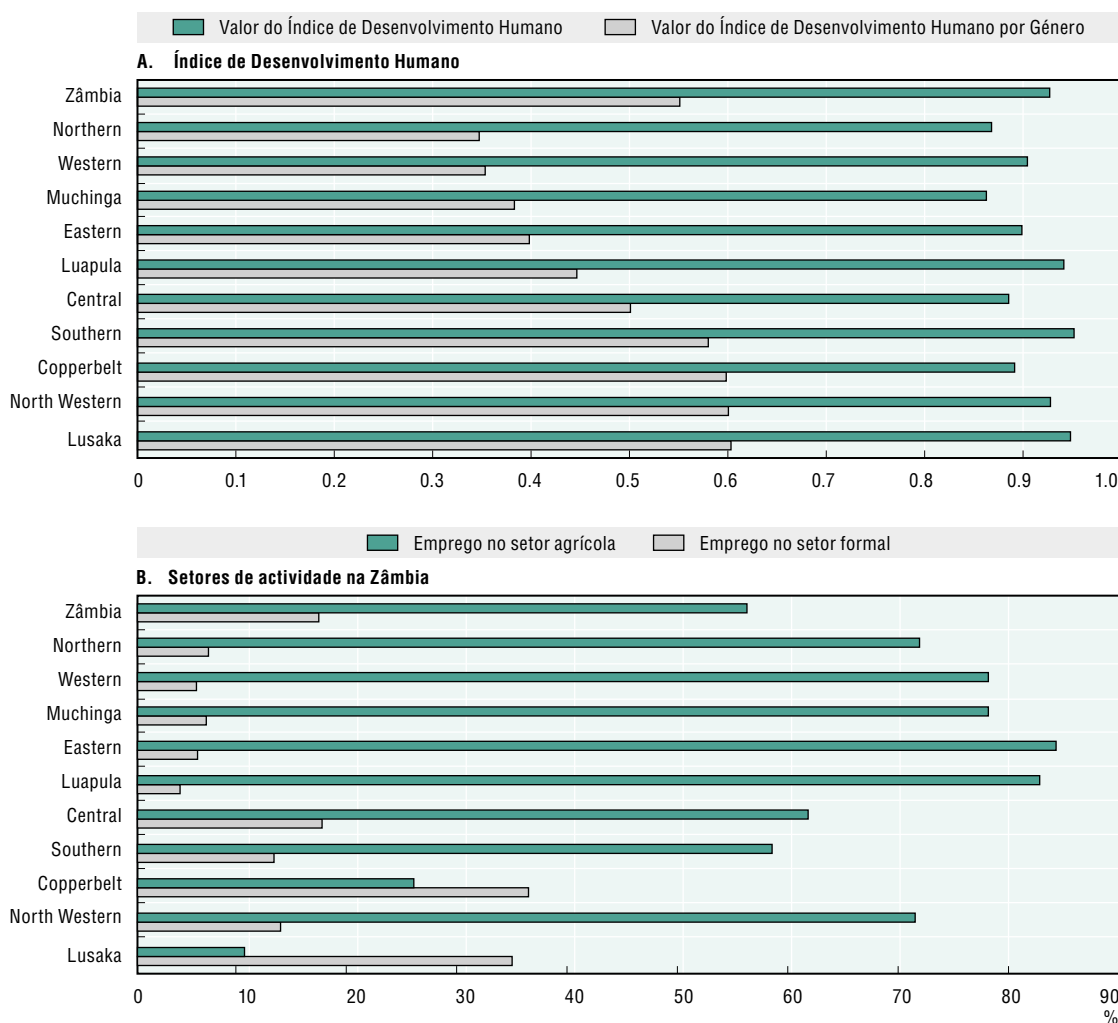
Os resultados do desenvolvimento humano de mulheres e homens apresentam variações regionais, com as regiões com maior desigualdade de género a registarem um pior desempenho. A desigualdade de género, tal como medida pelo IDG, é maior nas províncias com desenvolvimento humano baixo do que nas províncias com desenvolvimento humano médio. As diferenças de género no IDH são mais pequenas nestas últimas, onde o IDH feminino atinge 95% do IDH masculino, sendo essa percentagem de apenas 86% nas províncias de desenvolvimento humano baixo (Figura 4.11). Esta disparidade pode resultar da diferença no nível de instrução entre homens e mulheres, bem como da grande proporção de mulheres que trabalham no setor informal ou em empregos não remunerados (Governo da Zâmbia, 2013).


As regiões com maior densidade populacional e acesso a infraestruturas tendem a ter níveis mais elevados de desenvolvimento humano. Tal pode ser explicado pelo facto de haver menores custos suplementares para a disponibilização de serviços sociais e infraestruturas nas zonas urbanas, o que se reflete positivamente na educação e na



saúde. Por outro lado, os padrões históricos de desenvolvimento, com um enfoque nas indústrias extrativas e o favorecimento das regiões urbanas, bem como a existência de critérios geopolíticos na afetação dos recursos, poderá ter contribuído para a existência de diferenças nos níveis de desenvolvimento humano entre regiões.

Figura 4.11. Índice de Desenvolvimento Humano e setores de atividade na Zâmbia, por província, 2014



Fonte: PNUD Zâmbia (no prelo); Governo da Zâmbia (2013).
 StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933228390>

No caso da Zâmbia, a maioria das províncias com desenvolvimento humano médio tem maiores populações urbanas, à exceção da província Central. As Províncias de Lusaka, que inclui a capital do país, e Copperbelt, centro mineiro e industrial, têm grandes concentrações populacionais e uma taxa de urbanização que ultrapassa os 80%. Seguem-se as Províncias Central e Southern, a primeira das quais é um importante centro mineiro e de transportes, enquanto a segunda alberga a grande atração turística das Cataratas Vitória e se centra na agricultura comercial/de rendimento. Utilizando a proporção de agregados familiares com ligação à eletricidade como um indicador do acesso a infraestruturas, conclui-se que as províncias mais urbanizadas lideram



por larga margem, com uma taxa de conectividade que vai desde 61% em Lusaka até 4% na província Western. O acesso à energia para uso familiar e produtivo influencia significativamente as condições de vida e a melhoria dos indicadores de saúde e educação, pelo que o enfoque no alargamento do acesso à energia através de soluções renováveis e inovadoras deve ser uma prioridade para atingir um desenvolvimento humano mais equilibrado.

A participação das mulheres no mercado de trabalho é, em média, mais baixa do que a dos homens, para além de estar concentrada em setores de baixa produtividade (como a agricultura) nas regiões com desenvolvimento humano baixo. A participação na população ativa é diferente nas regiões de desenvolvimento humano baixo e médio, sendo que a agricultura desempenha ainda um papel significativo enquanto meio de subsistência. Assim, a taxa de atividade de mulheres e homens é maior nas províncias de desenvolvimento humano mais baixo, o que pode estar ligado à predominância do setor agrícola nestas províncias. A participação das mulheres na população ativa está, em média, 10.5 pontos percentuais abaixo da dos homens, aumentando esta disparidade nas províncias com maiores níveis de desenvolvimento humano, como Lusaka e Copperbelt. As diferenças de género na população ativa parecem estar estreitamente ligadas às percentagens de emprego formal, uma vez que a representação das mulheres na população ativa é menor em províncias com maior percentagem de emprego no setor formal. O emprego no setor agrícola tem um papel importante nas estratégias de subsistência na maioria das províncias, pelo que o reforço da produtividade agrícola em zonas com um desenvolvimento humano baixo poderia impulsionar ganhos de desenvolvimento e um melhor controlo dos recursos por parte das mulheres e dos homens.

As ações políticas são essenciais para um desenvolvimento humano inclusivo e sustentável

O desenvolvimento humano inclusivo e sustentável ao nível subnacional requer medidas políticas para promover a transformação agrícola e o acesso à energia. Algumas conclusões recentes sobre os determinantes da desigualdade económica salientam o papel das estruturas de produção e da crescente diferenciação em termos de produtividade e posse de terras, as quais têm efeitos adversos na distribuição do rendimento (PNUD, no prelo). A maioria dos países apresenta uma dualidade no seu sistema agrícola, com um setor de agricultura de subsistência grande, com poucos recursos e baixa produtividade, por um lado, paralelamente a um setor de agricultura comercial mais pequeno e mais produtivo, orientado para as exportações, por outro lado. Nos dois estudos de caso da Tanzânia e da Zâmbia, as regiões com pior desempenho relativamente ao desenvolvimento humano tendem a ter um grande peso de agricultura de subsistência, enquanto nas regiões com maior rendimento *per capita* se verifica uma maior proporção de agricultura comercial e um crescimento dos setores do comércio e serviços. O acesso a serviços energéticos modernos continua a ser fraco, em média, e é ainda mais escasso nas áreas com baixo desenvolvimento humano; assim, as iniciativas de resposta a estes constrangimentos – que afetam negativamente as condições de vida, a educação e a saúde – podem levar a ganhos importantes em termos de desenvolvimento humano.

O desenvolvimento humano inclusivo e sustentável no plano subnacional requer, igualmente, ações específicas para responder aos favorecimentos na afetação de recursos e à participação das mulheres no mercado de trabalho. As desigualdades são também motivadas por economias de enclave baseadas em recursos naturais, que não



conseguem criar oportunidades para a maioria da população, em que a afetação de recursos e a despesa pública favorecem as regiões urbanas, e onde há um crescimento do setor informal urbano com baixos salários e empregos precários, na sua maioria ocupados por mulheres. Os estudos de caso da Tanzânia e Zâmbia demonstram que as desigualdades de género perduram apesar da melhoria dos níveis de desenvolvimento humano, devido a diferenças em termos de população ativa, dos setores de emprego e do controlo sobre os recursos. Nas regiões com desenvolvimento humano mais baixo, que dependem da agricultura de subsistência, a taxa de atividade é elevada, tanto para mulheres como para homens. No entanto, à medida que o desenvolvimento humano aumenta em paralelo com o crescimento do setor formal, a taxa de atividade das mulheres decresce e a disparidade entre o rendimento de homens e mulheres aumenta. Isto aponta para a necessidade de medidas específicas de resposta às desigualdades na participação de mulheres e homens em todas as áreas do mercado de trabalho, à medida que a mão de obra transita da agricultura para outros setores.

A economia política da exclusão e as disparidades de desenvolvimento humano devem ser tidos em consideração

Esta secção centra-se nos fatores económicos, sociais e de governação que contribuem para a desigualdade, analisando as desigualdades e disparidades de desenvolvimento humano dentro dos países. “As disparidades de desenvolvimento humano são tão fortes no seio dos países como entre países. Estas refletem oportunidades desiguais, em que as pessoas são prejudicadas devido ao seu género, identidade grupal, riqueza ou localização geográfica. Estas desigualdades são injustas, para além de economicamente prejudiciais e socialmente desestabilizadoras. Combater as forças estruturais que criam e perpetuam as desigualdades extremas é um dos caminhos mais eficazes para erradicar a pobreza extrema, aumentar o bem-estar das sociedades e acelerar o progresso de realização dos ODM” (PNUD, 2005).

As barreiras estruturais que enformam as desigualdades dificultam os avanços em matéria de desenvolvimento humano. A análise anterior sublinhou a necessidade de ir para além das médias nacionais quando se avaliam os progressos nos objetivos de desenvolvimento, já que estas mascaram desigualdades profundas, ancoradas em disparidades ligadas à riqueza, género, identidade grupal, localização geográfica e outros fatores. Os relatórios do PNUD sobre o desenvolvimento global, regional e nacional demonstram que a incapacidade de resolver as desigualdades extremas prejudica os progressos para a obtenção dos ODM. Grandes desigualdades de rendimento dificultam o crescimento e o ritmo a que esse crescimento se traduz numa redução da pobreza. Este processo reduz a amplitude do crescimento e os benefícios deste para os mais pobres. Estes relatórios salientam a necessidade de uma abordagem holística de resposta às barreiras estruturais que contribuem para a pobreza crónica em África, tendo em atenção a vulnerabilidade das populações que acabaram de sair de uma situação de pobreza extrema. Cerca de 200 milhões de africanos (Banco Mundial, 2014) vivem com um rendimento entre 1.25 e 2.00 USD por dia (limiares internacionais da pobreza) e estão em risco de voltar a uma situação de pobreza extrema se forem expostos a choques adversos. Os atores envolvidos no processo da Agenda Global Pós-2015 e da Agenda africana 2063 devem identificar e responder aos fatores económicos, sociais e políticos que contribuem para um desenvolvimento humano desigual, bem como as condições que permitem aos mais pobres e desfavorecidos beneficiarem de um progresso sustentado.



Uma transformação estrutural insuficiente e a dependência excessiva dos recursos naturais são fatores económicos de exclusão e de um desenvolvimento humano desigual

Uma transformação estrutural insuficiente contribui para as desigualdades e para um desenvolvimento humano desequilibrado. Em África, vários fatores económicos agravam o impacto da exclusão socioeconómica e geográfica, que leva a rumos assimétricos de desenvolvimento humano. Como exemplos, refira-se o crescimento lento dos setores potencialmente geradores de emprego e de meios de subsistência para os mais pobres (nomeadamente o setor transformador e indústria) e os baixos ganhos de produtividade em setores dos quais depende a subsistência de grande parte da população pobre (como a agricultura) (BAD/OCDE/PNUD, 2013). Na África subsariana, nomeadamente, o rápido crescimento do PIB *per capita* desde 2005 não se traduziu num maior peso da indústria transformadora no PIB, o que reforça a necessidade de uma transformação estrutural (ver Capítulo 6). O peso da indústria transformadora no valor agregado desceu drasticamente, de 14.4% em 1993-2000 para 9.3% no período 2005-2012, o que aponta para uma desindustrialização, já que a maior parte do crescimento ocorreu em indústrias não-transformadoras (principalmente minerais) e nos serviços (PNUD, 2015).

O setor dos serviços tem potencial para criar meios de subsistência sustentáveis em áreas como o turismo, os transportes e o comércio. Em países como a Tanzânia, em particular, existem enormes oportunidades para que os benefícios do turismo possam gerar um crescimento económico de base alargado (Banco Mundial, 2015). A diversificação económica, a transformação agrícola e a repartição equitativa dos benefícios decorrentes da exploração de recursos naturais são fatores essenciais para um crescimento inclusivo. Entre as recomendações para acelerar o desenvolvimento industrial em prol da transformação económica e social, estão a necessidade de estratégias de industrialização mais eficazes, instituições mais sólidas e iniciativas que promovam mais ativamente a atração de investimentos estrangeiros, conjuntamente com o reforço das capacidades locais de produção (PNUD, 2015). Esta abordagem contribuiria para a criação de emprego assalariado para a população jovem de África e de oportunidades de subsistência para os grupos mais desfavorecidos ou de zonas isoladas. O desenvolvimento humano também impulsiona a transformação, uma vez que as capacidades humanas influenciam a taxa de inovação e a adoção de novas tecnologias.

A dependência dos recursos naturais e a desigualdade no acesso aos recursos, às tecnologias e às infraestruturas contribuem para a exclusão. As economias africanas continuam a depender, de forma desproporcional, dos recursos naturais renováveis e não-renováveis para o seu desenvolvimento (APP, 2013). Assim, a volatilidade dos preços das matérias-primas e do petróleo reflete-se significativamente nos exportadores e importadores, através dos seus efeitos nas receitas e investimentos. Neste sentido, os países africanos continuarão a defrontar-se com o desafio de transformar – de forma equitativa, sustentável e financeiramente responsável – o seu capital natural, renovável e não-renovável, em riqueza nacional, sob a forma de infraestruturas, capital humano e instituições. As secções anteriores demonstraram a desigualdade do acesso a bens e recursos económicos, incluindo em matéria de infraestruturas, recursos energéticos e serviços financeiros. Para além disso, as ligações a oportunidades externas de comércio e transferência de tecnologia estão pouco desenvolvidas, limitando-se a poucas áreas, a nível subnacional. O Relatório *Perspetivas Económicas em África 2014* (BAD/OCDE/PNUD, 2014) analisou a fraca integração de África nas cadeias de valor globais e as suas implicações para o desenvolvimento humano no continente. Recomendou estratégias específicas para produtos e empresas, bem como políticas favoráveis às cadeias de valor com maior potencial, sem prejudicar o desenvolvimento de outras cadeias. Salientou, igualmente, a necessidade de colocar o enfoque no reforço das capacidades produtivas, facilitação do comércio, política comercial e melhoria das infraestruturas.



Entre os fatores sociais de exclusão e de um desenvolvimento humano desigual estão a desigualdade de acesso a serviços sociais e a má gestão das migrações

A desigualdade de acesso aos serviços sociais contribui para a exclusão. Os fatores sociais que aumentam o impacto da exclusão socioeconômica e geográfica, originando um desenvolvimento humano desequilibrado, englobam barreiras tanto do lado da oferta como da procura. Do lado da procura, são barreiras que contribuem para um acesso desigual aos serviços (nos locais onde estão disponíveis) devido a características sociais, familiares, comunitárias e individuais – como a qualidade, o rendimento, o conhecimento e a educação. As diferenças no poder e na voz que se tem dentro da comunidade ou da família têm um impacto considerável no acesso aos serviços sociais, podendo levar a uma transferência intergeracional da vulnerabilidade e da exclusão. Ensor e Cooper (2004) analisam, de forma detalhada, estas barreiras no setor da saúde. Do lado da oferta, os fatores sociais englobam fatores que reduzem a capacidade das instituições disponibilizarem serviços sociais de qualidade de forma equitativa. Esta capacidade é dificultada pela crescente movimentação de cidadãos, dentro e entre países. Para as pessoas e seus agregados familiares, a mobilidade é normalmente um mecanismo para prosseguirem as suas aspirações e aproveitarem oportunidades. Nesse sentido, a mobilidade, nas suas várias formas, é relevante para o processo de desenvolvimento humano. Os enquadramentos institucionais e as normas culturais desempenham um papel fundamental na intensidade, padrões e cronologia das migrações internas, originando assim diferenças no que respeita aos regimes e resultados da mobilidade em cada país (Bell e Muhidin, 2009).

Uma má gestão das migrações internas contribui para a exclusão e para um desenvolvimento humano desigual (ver Capítulo 6). O desenvolvimento humano é afetado quando as deslocações internas geram um ritmo de urbanização que ultrapassa a geração de emprego e de meios de subsistência, sobrecarregando a prestação de serviços sociais. Uma análise dos padrões de migração interna na África do Sul, Gana, Quênia, Ruanda e Uganda revela que a propensão para essa movimentação é maior entre os jovens, entre os mais instruídos, altamente qualificados e em determinadas profissões e indústrias (Bell e Muhidin, 2009). Varia, igualmente, de acordo com o rendimento, tipo de agregado familiar, tipo de habitação e uma série de outras variáveis. A idade foi identificada como fator determinante para o potencial de migração, uma vez que este é maior entre os jovens adultos e decresce à medida que a idade aumenta, atingindo um valor mínimo por volta da idade de reforma e aumentando depois em idades muito avançadas. A intensidade da migração ao longo da vida é particularmente elevada no Gana (17.75%), África do Sul (15.36%), Quênia (12.64%), Ruanda (10.41%) e Uganda (5.24%).

As estimativas mundiais deste estudo indicam que existem pelo menos 740 milhões de migrantes internos e aproximadamente 200 milhões de migrantes internacionais (Montgomery, Engebretsen e Temin, 2013). Os recentes estudos sobre migrações e urbanização na Tanzânia (República da Tanzânia, 2015) demonstram que o número de migrantes internos tem aumentado de forma regular e que atingiu os 7.4 milhões, estando a maioria entre os 15 e 29 anos. As migrações internas abrangem principalmente as mulheres, nomeadamente as que têm um baixo nível de instrução e que são contratadas como empregadas domésticas, ou as mulheres com maiores níveis educacionais, que se deslocam para zonas urbanas para estudar ou procurar um emprego à altura das suas qualificações. Embora existam zonas com maior pressão de emigração, a distribuição dos imigrantes por zona de residência demonstra que estes provêm tanto de zonas urbanas como rurais. O êxodo rural tem tido um impacto significativo no rápido crescimento urbano, para além do crescimento natural (relação nascimentos/mortes) e da reclassificação de zonas rurais como zonas urbanas (República da Tanzânia, 2015).



As dificuldades encontradas pelos migrantes internos – incluindo o isolamento social, a discriminação, despejos forçados e fracas condições de trabalho – devem ser objeto de políticas que promovam a igualdade na prestação e acesso aos serviços sociais e às oportunidades, para assegurar um desenvolvimento humano mais inclusivo (BAD, 2014).

As fracas estruturas de governação, a afetação de recursos e a capacidade estatal para implementar as políticas são fatores de exclusão e de um desenvolvimento humano desigual

As insuficiências dos sistemas de governação e responsabilização contribuem para um desenvolvimento humano desigual, nomeadamente mecanismos pouco sólidos de transparência e responsabilização, fraca proteção legal dos direitos e acesso à justiça, gestão inadequada dos recursos nacionais e favorecimento nos investimentos. O desempenho nacional em termos de governação social e económica é medido pelo *Rating* da Governação Nacional relativamente às instituições de administração pública do Banco Africano de Desenvolvimento. Este analisa o desempenho dos países em relação aos direitos de propriedade e Estado de Direito, qualidade da gestão orçamental e financeira, eficiência na mobilização de receitas, qualidade da administração pública, transparência e responsabilização perante os resultados no setor público.

A afetação de recursos influencia as variações no desenvolvimento humano. Espera-se que as instituições públicas com boa gestão afetem os recursos de forma eficiente e equitativa, por forma a cumprirem objetivos que contribuam para um progresso económico e social também mais eficiente e equitativo. A comparação entre os níveis de governação e as desigualdades – medidas pelos défices de desenvolvimento humano resultantes de uma distribuição desigual dos benefícios – demonstra que uma melhor gestão das instituições públicas corresponde a menores défices de desenvolvimento humano gerados pelas desigualdades. Os países relativamente bem classificados em matéria de boa governação, como Cabo Verde, Etiópia, Gana, Quênia, Ruanda, Senegal e Tanzânia, apresentam défices de desenvolvimento humano ligados às desigualdades inferiores a 30%. Pelo contrário, países com pior classificação no plano da governação, como o Burundi, Chade, Guiné, Guiné-Bissau, República Centro-Africana e RDC, têm perdas de desenvolvimento humano devido às desigualdades entre 38% e 44%.

A capacidade do Estado para planear e implementar as políticas tem um impacto na repartição do desenvolvimento humano. Esta conclusão é corroborada pelo índice de Capacidade em África (ACBF, 2014), que faz um mapeamento da capacidade estatal em termos de ambiente institucional, processos de implementação, resultados nacionais de desenvolvimento e resultados em matéria de desenvolvimento de capacidades. Cabo Verde, o Ruanda e a Tanzânia estão entre os oito países africanos com maior capacidade (ACBF, 2014), juntamente com a Gâmbia, Malawi, Mali, Marrocos e Maurícias. A Guiné-Bissau e a República Centro-Africana estão entre os seis países com pior desempenho, juntamente com as Comores, Mauritânia, São Tomé e Príncipe e Suazilândia.



Nota

1. O coeficiente de Gini mede as desigualdades através de um índice de 0 a 1. Quanto mais perto do 1, mais desigual é a distribuição de rendimentos, enquanto um valor próximo de 0 significa uma igualdade quase total (CUA et al., 2011).

Bibliografia

- ACBF (2014), *Africa Capacity Report 2014: Capacity Imperatives for Regional Integration in Africa*, Africa Capacity Building Foundation, Harare.
- AGNU (2014), "Proposition du Groupe de travail ouvert concernant les objectifs de développement durable", *Rapport du Groupe de travail ouvert de l'Assemblée générale sur les objectifs de développement durable*, Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque.
- APP (2013), *Africa Progress Panel Report 2013: Equity in Extractives: Stewarding Africa's Natural Resources for All*, Africa Progress Panel, Genebra.
- BAD (2014), *Relatório de Desenvolvimento Africano 2014: Integração Regional para o Crescimento Inclusivo*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abijão.
- BAD (2011), "The middle of the pyramid: dynamics of the middle class in Africa", *Market Brief*, Banco Africano de Desenvolvimento, Tunes, http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/The_Middle_of_the_Pyramid_The_Middle_of_the_Pyramid.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- BAD/OCDE/PNUD (2014), *Perspetivas Económicas em África 2014*, Publicações OCDE, Paris.
- BAD/OCDE/PNUD (2013), *Perspetivas Económicas em África 2013*, Publicações OCDE, Paris.
- Banco Mundial (2015), "Tanzania Economic Update: the elephant in the room, unlocking the potential of the tourism industry for all Tanzanians", *Working Paper, Issue 6*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/2015/01/23886748/tanzania-economic-update-elephant-room-unlocking-potential-tourism-industry-tanzanians>.
- Banco Mundial (2014), *Indicadores de Desenvolvimento Mundial (WDI)* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC.
- Bell, M. S. Muhidin (2009), "Cross-national comparisons of internal migration", *Human Development Research Papers*, No. 2009/30, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- CUA (2014), *African Common Position on the Post-2015 Development Agenda*, Comissão da União Africana, <http://www.nepad.org/sites/default/files/Common%20African%20Position-%20ENG%20final.pdf>.
- CUA et al. (2014), *MDG Report 2014: assessing Progress in Africa toward the Millennium Development Goals: analysis of the Common African Position on the Post-2015 Development Agenda*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- CUA et al. (2011), *MDG Report 2011: Assessing Progress in Africa toward the Millennium Development Goals: analysis of the Common African Position on the post-2015 Development Agenda*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- Ensor, T. e S. Cooper (2004), "Overcoming barriers to health service access: influencing the demand side", *Health Policy and Planning*, Vol. 19/2, Oxford University Press, Oxford, pp. 69-79.
- Governo da Zâmbia (2013), *Preliminary Results from 2012 Labour Force Survey* (maio 2013), Central Statistics Office, Lusaka.
- Montgomery, M., S. Engebretsen e M. Temin (2013), "We urgently need more data on internal migration", *The Guardian*, 18 de dezembro, www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2013/dec/18/internal-migration-international-migrants-day.
- OCDE (2014), *Índice de Instituições Sociais e Género* (base de dados), <http://genderindex.org/> (consultado a 10 de março de 2015).
- Omilola, B. e S. Kaniki (2014), *Social Protection in Africa: A Review of Potential Contribution and Impact on Poverty Reduction*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Pretória.
- ONU (2015), "O Caminho para a Dignidade até 2030: erradicar a pobreza, transformar todas as vidas e proteger o planeta", *Relatório de síntese do Secretário-Geral sobre a Agenda Pós-2015*, Organização das Nações Unidas, Nova Iorque.



- ONU (2013), “Uma Nova Parceria Global: erradicar a pobreza e transformar as economias para o Desenvolvimento Sustentável”, *Relatório do Painel de Alto-Nível de Personalidades Eminentemente sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015*, Organização das Nações Unidas, Nova Iorque.
- ONU (2011), *Programme of Action for the Least Developed Countries for the Decade 2011-2020*, 4ª Conferência das Nações Unidas sobre Países Menos Avançados, Istambul, 9-13 de maio de 2011, <http://unohrrls.org/UserFiles/File/IPoA.pdf>.
- OPHI (2014), *Global Multidimensional Poverty Index 2014*, Oxford Poverty and Human Development Initiative, Oxford, www.ophi.org.uk/multidimensional-poverty-index/.
- PNUD (2015), *Innovation to Accelerate Industrial Development for Economic and Social Transformation*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- PNUD (2014), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 – Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- PNUD (2013), *The MDGs to 2015 and Beyond: Accelerating Progress, Sustaining Results*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- PNUD (2009), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2009 – Ultrapassar Barreiras: mobilidade e Desenvolvimento Humano*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- PNUD (2005), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005 – Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- PNUD (no prelo), *Determinants and Trends of Inequality in Africa*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- PNUD Tanzânia (2015), *Tanzania Human Development Report: Economic Transformation for Human Development*, Economic and Social Research Foundation (ESRF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Dar-es-Salaam.
- PNUD Zâmbia (no prelo), *National Human Development Report 2015*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Lusaka.
- República da Tanzânia (2015), *Population and Housing Census 2012: Migration and Urbanization Report*, National Bureau of Statistics, Ministério das Finanças, Dar-es-Salaam.
- República da Tanzânia (2014), *Basic Demographic and Socio-Economic Profile Report*, National Bureau of Statistics and Office of the Chief Government Statistician, Dar-es-Salaam, www.tanzania.go.tz/egov_uploads/documents/TANZANIA_MAINLAND_SOCIO_ECONOMIC_PROFILE_sw.pdf.
- Sumner, A. (2013), “Global poverty, aid and middle-income countries: are the country classifications moribund or is global poverty in the process of ‘nationalising?’”, *WIDER Working Paper*, No. 62. UNU WIDER, Helsinki, www.wider.unu.edu/publications/working-papers/2013/en_GB/wp2013-062/.
- UNDESA (2014), *What are least developed countries (LDCs)?* (sítio web), Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/ldc_info.shtml (consultado a 10 de março de 2015).
- UNDG-WCA (2015), *Socio-economic Impact of Ebola Virus Disease in West African Countries: A Call for National and Regional Containment, Recovery and Prevention*, Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento –África Ocidental e Central, Senegal.
- UNOHRLLS (2014), *Ministerial Meeting on New Partnerships for Productive Capacity Building in LDCs*, julho de 2014, Cotonou, http://unohrrls.org/custom-content/uploads/2014/08/Cotonou-Agenda_12_08_2014_EN.pdf.



From:
African Economic Outlook 2015
Regional Development and Spatial Inclusion

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2015-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2015), “Desenvolvimento humano em África”, in *African Economic Outlook 2015: Regional Development and Spatial Inclusion*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264233362-8-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.